

VOTO

O Senhor Ministro Alexandre de Moraes (Relator): A decisão recorrida não merece reparo, pois não há, nas razões trazidas no AGRAVO REGIMENTAL, qualquer argumento apto a desconstituir os fundamentos da decisão combatida. Além disso, o contexto fático permanece inalterado, dado o reduzido lapso temporal entre a data da decisão e a presente, pelo que se reafirma o seu teor, *in verbis* :

“Nos termos do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

Cumprе ressaltar que este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, analisando o dispositivo legal supra, fixou tese no sentido de que a inobservância do prazo nonagesimal do art. 316 do Código de Processo Penal não implica automática revogação da prisão preventiva, devendo o Juízo competente ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos (SL 1395 MC-Ref, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, DJe de 4/2/2021).

Na hipótese dos autos, verifico a permanência da situação fática que justificou a prisão preventiva de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO.

Isso porque, em diversas ocasiões, foram trazidas aos autos notícias de diversos descumprimentos das medidas cautelares impostas em face de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, a revelar a sua completa ineficácia em cessar o *periculum libertatis* do investigado. As violações ocorreram, majoritariamente, por meio das seguintes condutas:

- (a) orientações passadas aos dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB);
- (b) compartilhamento de notícias fraudulentas em face dos Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL;
- (c) divulgação de vídeos contendo notícias falsas acerca da atuação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL;
- (d) publicação de vídeo contendo ofensas e agressões abjetas em face da Min. CÁRMEN LÚCIA.

Conforme ressaltado na decisão que restabeleceu a prisão, as inúmeras condutas do denunciado podem configurar, inclusive, novos crimes, entre eles os delitos de calúnia, difamação, injúria (arts.

138 a 140 do Código Penal), de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do Código Penal) e de incitar publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade (art. 286, parágrafo único, do Código Penal), além da questão discriminatória presente no vídeo de 21/10/2022.

Importante destacar que a possibilidade de restabelecimento da ordem de prisão foi expressamente consignada, tanto na decisão que inicialmente substituiu a prisão, como na decisão que estabeleceu a fiança, nos termos de pacífico entendimento SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: HC 169.462, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 28/11/2019, HC 164.581, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Redator do acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, DJe de 29/11/2019; RHC 146.329 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 19/2/2018; HC 128.853, Relator: Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 21/10/2016.

Está demonstrada, diante das repetidas violações, a inadequação das medidas cautelares em cessar o *periculum libertatis* do denunciado, o que indica a necessidade de restabelecimento da prisão, não sendo vislumbradas, por ora, outras medidas aptas a cumprir sua função.

Não bastasse isso, conforme consta dos documentos encaminhados pela Polícia Federal (auto de prisão em flagrante, termos de depoimento, termos de declarações, nota de culpa, termo de qualificação e interrogatório, termos de apreensão – e Doc. 605), e conforme amplamente noticiado pela imprensa nacional, foi instaurado inquérito policial por flagrante delito de 4 (quatro) tentativas de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, c/c art. 14, inc. II c/c art. 69, todos do Código Penal) praticados por ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO na Rua Marcelino Ferreira Marino, nº 9, Gulf, Comendador Levy Gasparian/RJ, contra quatro policiais federais, por volta das 12h do dia 24/10/2022.

O preso se utilizou de armamento de alto calibre (fuzil 556), para disparar uma rajada de mais de 50 (cinquenta) tiros, além de lançar 3 (três) granadas contra a equipe da Polícia Federal. O cenário se revela ainda mais grave pois, conforme constou do auto de apreensão, foram apreendidos mais de 7 (sete) mil cartuchos de munição (compatíveis com fuzis e pistolas).

Quanto às referidas condutas, em 9/11/2022, declinei da competência desta SUPREMA CORTE ao Juízo da 1ª Vara Federal de Três Rios/RJ tão somente em relação aos crimes previstos no art. 121, § 2º, II, do Código Penal, e outros eventualmente conexos, pelos quais ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO é investigado,

preservados todos os atos decisórios, cabendo ao Juízo declinado a reavaliação periódica da prisão quanto aos referidos fatos, nos termos do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Não obstante, a gravíssima conduta do preso por ocasião da efetivação de sua prisão nestes autos revela a necessidade da manutenção da restrição da liberdade, eis que ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO mantinha em casa, mesmo cumprindo medidas cautelares, armamento de elevado potencial ofensivo, além de vultosa quantidade de munições, efetivamente utilizadas para atentar contra a vida de policiais federais.

A prisão preventiva, portanto, se trata da única medida razoável, adequada e proporcional para garantia da ordem pública, com a interrupção da prática criminosa reiterada (HC 169.087/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 4/5/2020; HC 158.927/GO, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 26/3/2019; RHC 191949 AgR/SP, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 23/11/2020).

Diante do exposto, nos termos do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal (redação dada pela Lei 13.964/19), MANTENHO a prisão preventiva de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO.”

A decisão atacada não merece reparos, pois o contexto fático permanece inalterado e as razões recursais expendidas não se mostram aptas a desconstituir seus fundamentos.

As razões do recurso apresentado cingem-se à suposta incompetência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para apreciação dos pedidos, e conseqüente violação ao princípio do Juiz Natural, ante o declínio de competência à Justiça Estadual do Rio de Janeiro; à necessidade de revogação da prisão preventiva, cuja decisão que a decretou e a manteve citaria os mesmos fatos que ensejaram a prisão em flagrante, e não estariam presentes os “subsídios fáticos concretos” que permitiriam concluir que, em liberdade, representaria um risco à sociedade; e ao fragilizado estado de saúde do Agravante, que o colocaria em risco dentro do estabelecimento prisional.

Passo à análise, inicialmente, do *periculum libertatis*.

Em que pese já mencionado na decisão combatida, cumpre ressaltar o histórico e a gravidade das violações às medidas cautelares impostas a ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, que resultaram no

restabelecimento de sua prisão nestes autos, tendo em vista a notória ineficácia das medidas cautelares a ele impostas, notadamente por:

(a) receber visitas e passar orientações a dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), conforme áudio juntado ao processo (eDoc. 496);

(b) conceder entrevista ao Canal Jovem Pan News no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=uod6McEDvVA>), conforme vídeo juntado ao processo (eDoc. 535);

(c) promover, replicar e compartilhar notícias fraudulentas (fake news), revestidas de animus caluniandi, diffamandi ou injuriandi, que atingem a honorabilidade e a segurança do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e de seus Ministros, atribuindo e/ou insinuando a prática de atos ilícitos por membros da SUPREMA CORTE (eDoc. 536).

Quanto às orientações passadas aos dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a Polícia Federal elaborou laudo com a transcrição de áudio amplamente divulgado pela imprensa, nos seguintes termos (eDoc. 519):

“1- (início do trecho de áudio aos 00:07,8 – música de fundo ininteligível)

2- M1: Anteontem, depois da convenção nacional, ele veio pro Rio, e veio aqui em casa com o Sabino e com a Talise pra me dar um abraço... Curioso, ele me deu um longo abraço, e eu nele; ele me deu um beijo e eu nele; (voz embargada) como se fosse o beijo de despedida; engraçado isso, curioso, curioso, que isso aconteceu, curioso (choro) ai, ai, curioso, curioso, curioso..., curioso; Deus o tenha à sua destra. Eu peço ao Sabino que assuma a rédea do partido, por favor, lá em no Rio Grande do Sul. O Sabino é um cristão, é um homem heroico, amigo com A maiúsculo também, corajoso, casado com uma mulher cristã da melhor qualidade, a Tanise. Tem formação, sabe da nossa causa...

3- (Ao tempo de 01:05,5 observa-se uma mudança na música de fundo com amplificação do volume do áudio indicando uma quebra de continuidade)

4- M1: Por favor, Sabino, presidente do PTB do Rio Grande do Sul, você tem uma missão difícil, substituir o Edir, esse grande e valente companheiro. Faça isso. Fale em meu nome. Fale em nome do diretório nacional.

5- (Ao tempo de 01:22,6 é observado outra descontinuidade de padrão de ruído)

- 6- M1: Faça o discurso, em meu nome, por favor, abrace a família, abrace a todos os companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul
7- (final do áudio aos 01:30,0)
8- (final do arquivo de vídeo aos 01:37,7)”

Já no que diz respeito ao compartilhamento de notícias fraudulentas em face dos Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, consta do vídeo gravado e divulgado por ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO no contexto do Feriado de Independência de 2022:

“Como é que o senhor deixa o Xandão, um sujeito lombrosiano, chefe da milícia judicial... Nós temos no Brasil hoje uma milícia judicial cujo chefe é esse cidadão, o Xandão. Como é que ele vai botar *sniper* nas praças de Brasília para impedir o povo de se manifestar, embaixo do seu nariz, Presidente? Como é que é isso? Que conversa é essa, Bolsonaro? Você vai perder a eleição.

Se você deixar essa afirmação de poder dele... Ele já é o chefe da Polícia Federal. Ele é o chefe do Ministério Público e o chefe de todo o Judiciário. Se ele toma conta das ações do Executivo, acabou. Pede o boné e vai embora pra casa. Não precisa mais fazer campanha, Bolsonaro.

Ele não pode fazer isso. Você tem que mandar os seus fuzileiros navais amanhã prender todo *sniper* que tiver em cima de prédio aí no Eixo Monumental. Todo ele. Cana! Desarma e mete na chave. Tira todo o bloqueio do meio da rua. A rua é do povo. Duzentos anos de Independência, na dependência do Xandão? É o Xandão que vai estabelecer o que o povo pode fazer em 7 de setembro?

Ano passado foi um fracasso! Você fez um discursinho meia-boca... com medo de quê, não sei. E agora vai deixar eles mijarem em cima de você? Poste não mija em cachorro, Bolsonaro! Reage, Bolsonaro! Ou acabou. Ou pede o boné e acabou”.

Instada a se manifestar, a Defesa do denunciado não apresentou qualquer justificativa para os notórios e públicos descumprimentos acima apontados (eDoc. 512 e 580).

Tal comportamento do denunciado, que insiste em desrespeitar as medidas cautelares a ele impostas, revela seu completo desprezo pelo Poder Judiciário. Nota-se inclusive que ele sequer se manifestou quando lhe foi concedida a oportunidade de fazê-lo.

Tanto que, em decisão de 15/9/2022, foi fixada multa diária R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no caso da continuidade de descumprimento de qualquer das medidas cautelares determinadas, além de ter sido o então investigado advertido de que qualquer novo descumprimento injustificado de quaisquer das medidas cautelares impostas ensejaria, imediatamente, o restabelecimento da prisão preventiva (art. 282, § 4º, do Código de Processo Penal).

E menos de um mês depois, em 14/10/2022, ROBERTO JEFFERSON novamente descumpre as cautelares, ao divulgar vídeo contendo notícias falsas acerca da atuação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (https://twitter.com/crisbrasilreal/status/158090386576310681?s=48&t=yDF1Urv6hulXX-_82Ota5g), com as seguintes declarações:

“Nessa sexta-feira, dia 14, acordamos com mais uma pérola do Xandão. Ele proibiu o Ministério de Justiça de investigar fraude das pesquisas eleitorais. Ele é cabo eleitoral do Lula.

O narcotráfico tomou conta das eleições no Brasil como tomou na América Latina: México, Colômbia, Chile. Nós temos aqui dois cabos eleitorais fortíssimos ligados ao Lula que são ligados ao narcotráfico: o Xandinho, do morro do alemão... Comando Vermelho. Xandinho do Comando Vermelho lá do Morro do Alemão e o Xandão do PCC. Xandinho e Xandão: a dupla de bandidos que dá garantias ao Lula.”

Em 19/10/2022, ROBERTO JEFFERSON incorreu na mesma conduta, com ataques ao TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (<https://twitter.com/crisbrasilreal/status/1582709044288319491?s=20&t=YWF1jnINiaGZOImpEu6mKw>), do seguinte teor:

“O que o TSE está fazendo nunca foi visto. Censurar a Jovem Pan. O Brasil Paralelo está censurado, não pode colocar no ar o caso Adélio.

Nenhum formador de opinião pode falar da corrupção do Lula. Como é que é isso? O Lula é um corrupto, um ébrio corrupto, viciado, de práticas viciadas, corruptas. Assaltou o Banco do Brasil, o BNDES, a Petrobrás, as estatais pra financiar regime comunista e regimes comunistas na América Latina e o Xandão não quer que a gente diga que ele é corrupto... Que conversa é essa?

É o Ministério da Verdade que George Orwell escreveu em 1984, no seu livro 1984, o Ministério da Verdade, a censura está querendo apagar a memória do povo. É a história que George Orwell já contou pra nós.

Xandão, você foi longe demais, Xandão.

Xandão, você vai cair do cavalo, Xandão”

Novamente, em 21/10/2022, ROBERTO JEFFERSON incorreu em mais um descumprimento das medidas cautelares impostas por decisão deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL nos autos da Pet 9.844/DF, com publicação de vídeo contendo ofensas inaceitáveis e agressões abjetas em face da Min. CÁRMEN LÚCIA (<https://www.youtube.com/watch?v=gd-zL4uJrog>), de teor machista, misógino e criminoso:

“Eu tô indignado... não consigo. Fui rever o voto da bruxa de Blair, da Cármen Lúcia, na censura prévia da Jovem Pan. Olhei de novo, não dá pra acreditar.

Lembra mesmo aquelas prostitutas, aquelas vagabundas arrombadas, né? As que viram pro cara, diz ‘ih benzinho, no rabinho, nunca dei o rabinho, é a primeira vez... é a primeira vez’.

Ela fez pela primeira vez, ela abriu mão da inconstitucionalidade pela primeira vez. Ela diz assim ‘é inconstitucional censura prévia, é contra a Súmula do SUPREMO, mas é só dessa vez, benzinho’.

Bruxa de Blair. É podre por dentro e horrorosa por fora. Uma bruxa... uma bruxa... se puser um chapéu bicudo e uma vassoura na mão, ela voa. Deus me livre dessa mulher que está aí nessa latrina que é o TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL”.

Ante a reiterada violação das cautelares, que persistiu mesmo diante da aplicação e multa e advertência, em decisão de 22/10/2022 foi restabelecida a prisão de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO.

Na ocasião, ao comparecerem ao domicílio do réu para cumprimento da diligência de cumprimento do mandado de prisão preventiva determinada por este Relator, no exercício de suas legítimas atribuições, os agentes da Polícia Federal sofreram violentos ataques por parte do denunciado, que resistiu violentamente à prisão, com dezenas de disparos de tiros de fuzil, chegando ao absurdo de arremessar granadas em direção da equipe policial.

Inclusive, conforme consta dos documentos encaminhados pela Polícia Federal (auto de prisão em flagrante, termos de depoimento, termos de declarações, nota de culpa, termo de qualificação e interrogatório, termos de apreensão – eDoc. 605), em razão de tal conduta foi instaurado inquérito policial por flagrante delito de 4 (quatro) tentativas de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, c/c art. 14, inc. II c/c art. 69, todos do Código Penal) todas praticadas por ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO

FRANCISCO na Rua Marcelino Ferreira Marino, nº 9, Gulf, Comendador Levy Gasparian/RJ, contra quatro policiais federais, fato ocorrido por volta das 12h do dia 24/10/2022. Assim constou do relatório de diligência:

“A equipe de policiais federais composta pelo delegado MARCELO ANDRÉ CORTÊS VILLELA, escrivão DANIEL DE QUEIROZ MENDES DA COSTA, os agentes HERON COSTA PEIXOTO KARINA UNO MIRANDA DE OLIVEIRA, se deslocou em cumprimento à decisão judicial de busca e apreensão e prisão preventiva em desfavor de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO expedida pelo Min. Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, nos autos da PET 9.844/DF, na Rua Marcelino Ferreira Marino, n. 09, Gulf, Comendador Levy Gasparian/RJ, quando, em atenção art. 245 do CPP, os policiais tentaram realizar a apresentação do mandado e intimação para abertura da porta da residência para lograr o cumprimento da decisão judicial e foram recebidos sob injusta agressão.

Conforme os depoimentos e declarações colhidas nos autos, ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO apareceu em um pavimento da residência em posição superior, cerca de 03 metros de altura da posição da equipe de policiais, dizendo que não se entregaria, que não seria preso e que não deixaria a polícia federal ingressar no imóvel e cumprir a decisão. Dizia, em resumo, que não atenderia a decisão judicial e ofereceria a residência necessária para tal desiderato. Isto foi materializado quando resolveu de forma consciente e voluntária efetuar mais de 50 disparos de arma de fogo fuzil calibre 5,56mn e lançar três granadas contra a equipe de policiais que estavam cumprindo o seu mister.

A dinâmica dos fatos narrados demonstra que os quatro policiais citados chegaram ao local do cumprimento das medidas com uniformes ostensivos, desceram da viatura ostensiva, acionaram interfone da residência e não foram atendidos. Desta feita o APF HERON pulou o muro para tentar abrir o portão por dentro, não conseguiu, caminhou de 20 a 30 metros até a porta da residência, tocou a campainha, foi recebido pela esposa que ainda estava dentro da residência, tentou argumentar para o cumprimento pacífico, ela, muito nervosa, pediu para que eles fossem embora porque daria problema. Enquanto o APF HERON ainda argumentava com a esposa apareceu ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO em um pavimento superior e em posição de vantagem para o restante da equipe de policiais, DPF MARCELO, EPF DANIEL e APF KARINA. Disse para irem embora e que não atenderia a decisão judicial. Ato contínuo mostrou a primeira granada e lançou-a sobre a equipe; dando continuidade ao ataque, sacou o fuzil, atirou os primeiros 30

tiros contra os policiais atingindo a viatura ostensiva, na qual os policiais estavam abrigados ao lado (não no interior); lançou mais duas granadas e efetuou os disparos restantes utilizando um segundo carregador do fuzil. Após a primeira explosão, não obstante os policiais buscarem abrigo utilizando a viatura, a APF KARINA foi atingida por estilhaços na região da bacia, testa, perna e braços, e o DPF MARCELO por estilhaços na cabeça. Os policiais federais DPF MARCELO e EPF DANIEL dispararam em direção ao agressor para tentar cessar a agressão injusta. O EPF DANIEL após uma pane em sua pistola, empunhou a arma da APF KARINA, que estava ferida, para efetuar disparos de saturação e obter tempo para que DPF MARCELO se abrigasse de forma mais efetiva. Ninguém morreu, mas foram dois feridos e uma viatura blindada com mais de 50 disparos de fuzil.

Todos os policiais estavam portando pistola Glock, nenhum estava portando fuzil (arma equivalente ao do agressor), gerando uma desproporção evidente entre o poderio de fogo do agressor e dos policiais. Sem contar na posição mais elevada do agressor que lhe dava uma vantagem ainda maior.

Ainda que o interrogado afirme que não teve, em nenhum momento, intenção de matar os policiais federais e que queria apenas demonstrar que estava insatisfeito com a presença policial e com a decisão desfavorável, ele, minimamente, aceitou o risco ao disparar mais de 50 vezes e lançar 03 granadas contra a equipe.

O condutor ratificou que, durante o processo de negociação para se entregar, ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO a todo momento disse que só sairia morto e, inclusive, pediu para o advogado preparar a papelada do cemitério, em nítido sentido de afronta ao cumprimento dos mandados pela equipe policial.

Segundo o interrogado, o motivo da reação foi a discordância em relação ao mérito da decisão judicial expedida pelo Ministro Alexandre de Moraes, com o qual, segundo suas palavras, há uma desavença particular e significativa. Este fato caracteriza a motivação torpe, sendo qualificadora do crime de homicídio (art. 121, § 2º, inc. I, do CP).

Desta forma, ratifico a prisão em flagrante de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO por quatro tentativas de homicídios qualificados por motivo torpe (art. 121, §2º, inc. I, c/c art. 14, inc. II c/c art. 69, todos do Código Penal)“.

Pelo que foi acima narrado, é evidente que ROBERTO JEFFERSON representa um risco para a sociedade se posto em liberdade. Ao descumprir reiteradamente as medidas cautelares a ele impostas pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ao se recusar a se sujeitar à ordem de prisão

imposta pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL fazendo uso de violência gravíssima, a ponto de colocar em risco a vida de agentes públicos que estavam em serviço, torna-se evidente que a medida extrema da prisão é não só necessária, mas fundamental no presente caso.

Em relação à incompetência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar o caso, sustenta o Agravante que o Juízo prolator da decisão agravada careceria de competência para proferi-la, tendo em vista que o Órgão Colegiado desse E. Supremo Tribunal Federal, ao receber a denúncia, reconheceu a competência da Justiça Federal do Distrito Federal para condução e julgamento da ação penal.

De fato, a denúncia foi recebida pelo Plenário dessa CORTE, tendo sido determinado o posterior declínio de competência, conforme ementa a seguir:

Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. DENÚNCIA OFERECIDA PELO PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA EM RAZÃO DE FATOS CONEXOS A CONDUTAS INVESTIGADAS EM INQUÉRITO QUE TRAMITA NESTA CORTE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INOCORRÊNCIA DE ABOLITIO CRIMINIS PELA PRESENÇA DE CONTINUIDADE NORMATIVO-TÍPICA. OBSERVÂNCIA INTEGRAL DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. DENÚNCIA APTA. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA. RECEBIMENTO INTEGRAL DA DENÚNCIA.

1. CONEXÃO PROBATÓRIA. Competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para a análise do recebimento de Denúncia oferecida pelo Procurador Geral da República.

2. Denúncia oferecida em virtude de investigações conduzidas no INQ 4.874/DF que, por sua vez, foi instaurado após determinação exarada nos autos do INQ 4.828/DF, em trâmite nessa CORTE e também de minha relatoria, pela presença de fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhantes aos identificados no INQ 4.781/DF.

3. Prorrogação de competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL nas hipóteses de encerramento da investigação criminal, com o término do inquérito policial e eventual denúncia apresentada

pelo Procurador Geral da República (Inquérito 4.641, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 16/8/2018; Inquérito 4.343, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 6/11/2018).

4. Inexistência de ABOLITIO CRIMINIS, pois a evolução legislativa produzida pelo Congresso Nacional em defesa da Democracia e de suas Instituições efetuou o fenômeno jurídico conhecido como CONTINUIDADE NORMATIVO-TÍPICA, estabelecendo – na nova lei – as elementares dos tipos penais utilizados pelo Ministério Público no momento do oferecimento da denúncia; mantendo, dessa forma, as condutas descritas no campo da ilicitude penal.

5. Continuidade normativo-típica entre os crimes previstos no antigo art. 23, IV, c/c art. 18, da LSN e no atual art. 359-L, do Código Penal e também entre o delito do antigo art. 26 da Lei nº 7.170/83 e o delito previsto no art. 138 c/c art. 141, II, ambos do Código Penal.

6. A denúncia expõe de forma compreensível e coerente os fatos e todos os requisitos exigidos, permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, conseqüentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta CORTE (AP 560, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 11/6/2015; INQ 3204, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 3/8/2015).

7. Presentes os requisitos do art. 41 do CPP e a “justa causa” para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir de seus três componentes – tipicidade, punibilidade e viabilidade –, de maneira a garantir a presença de um “suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação e se traduz na existência, no inquérito policial ou nas peças de informação que instruem a denúncia, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria” (Inq. 3.719, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 30/10/2014).

8. DENÚNCIA INTEGRALMENTE RECEBIDA, com posterior declínio de competência à Seção Judiciária do Distrito Federal.

Contudo, considerando que o comando determinado no último tópico da emenda ainda foi operacionalizado, cabe a esta CORTE a apreciação das medidas urgentes, dentre elas o presente Agravo Regimental, por se tratar, inclusive, a decisão agravada de ato proferido por Membro da CORTE.

No que diz respeito ao estado de saúde do Recorrente, em que pese sua aparente gravidade, já restou consignado anteriormente nestes autos que o estabelecimento prisional possui plena capacidade de fornecer ao Agravante o tratamento que necessita. Inclusive, as informações prestadas ressaltam expressamente que os exames indicados pelo médico particular

podem ser realizados no âmbito prisional, mediante busca de vaga no Sistema Único de Saúde (SUS), ou até mesmo em caráter particular, “à critério e sob comando judicial”, o mesmo ocorrendo em relação a eventual atendimento de emergência, conforme se depreende das informações prestadas por Lúcio Fávio Correia Alves, Subsecretário de Reintegração Social, em documento assinado em 23/11/2022 (eDoc. 681, fl. 3):

Cumprimentando-o, após o registro constante do SEI-42946590, em atenção à nova promoção index SEI-43022949, referenciando o registro na esfera judicial index SEI-43016057, bem como o requerimento da d. PGR index SEI-43014729, por meio dos quais demandam informações sobre o custodiado ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, RG nº 81213751-1, atualmente sob a responsabilidade desta Secretaria de Estado, cumpre restituir o feito com os esclarecimentos prestados pelos setores técnicos responsáveis, de acordo com os registros em index SEI-43114594 e SEI-43116882.

Cumpra esclarecer que, à exceção da capacidade laboratorial do PSGHA-UPA/SES, os exames solicitados conforme o relatório médico juntado no index SEI-42861865 poderão ser solicitados, em busca de vaga, via regulação externa SISREG/SER, ou poderão ser realizados fora do SUS, em caráter particular, à critério e sob comando judicial.

Por fim, cumpre reiterar que esta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP/RJ) atualmente dispõe de uma Unidade de Pronto Atendimento (PSGHA-UPA/SES) destinada à prestação de atendimento médico de emergência à população privada de liberdade do Sistema Prisional Fluminense, localizada no Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu/RJ”.

Por sua vez, os fundamentos trazidos pelo Agravante na peça recursal quanto à gravidade de seu estado de saúde não trazem nenhum fato novo que não tenha sido considerado na decisão agravada, pois todos fazem referência à situações anteriores às informações prestadas pelo Agente Público acima transcritas. O relatório médico mencionado no tópico “31” da peça recursal, por exemplo, é datado de 18.08.2021; o incidente de saúde narrado no tópico posterior ocorreu em 30.08.2021. Até mesmo o relatório médico datado de 14.02.2023 não menciona qualquer alteração de seu estado de saúde que seja posterior à data das informações prestadas pelo Subsecretário de Reintegração Social.

Conclui-se, pois, que a unidade prisional possui plena capacidade de oferecer o tratamento adequado ao preso, e que, se absolutamente necessário, ele poderá realizar exames na rede particular, “a critério e sob comando judicial”.

Em acréscimo, cumpre ressaltar que ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, por ocasião de sua prisão anterior, teve sua transferência autorizada para realizar tratamento em hospital particular e, na ocasião, incorreu em diversas violações das medidas a ele impostas, notadamente fazendo uso de interpostas pessoas para divulgação de vídeos nas redes sociais e repasse de orientações aos dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), violação ressaltada por ocasião da decretação da prisão preventiva ora em discussão.

Obrigatório, por fim, ressaltar a manutenção do contexto fático, seu histórico de reiterado descumprimento das medidas cautelares e desrespeito ao Poder Judiciário e à força das decisões da SUPREMA CORTE, a extrema violência de sua reação diante da presença dos agentes públicos e o altíssimo poder de destruição das armas de fogo e munições que foram apreendidas em seu poder, evidenciando a necessidade de manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública, dado o risco real e efetivo à sociedade caso posto em liberdade, e para aplicação da lei penal, consideradas as reiteradas violações às medidas a ele impostas.

Novamente causam perplexidade os fundamentos do pedido da Defesa que, após o réu ter recebido a Polícia Federal com dezenas de tiros de fuzil e arremesso de granadas, e sem demonstrar estar na situação debilitada apontada, reitera argumentos já veiculados.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao AGRAVO REGIMENTAL.

É o VOTO.

Plenário Virtual